



**PRÁXIS PEDAGÓGICA DO PROFESSOR E O ALUNO  
COM SÍNDROME DE DOWN:  
uma reflexão necessária**

Pricila Gonçalves da Silva\*

Edneuzza Alves Trugillo\*\*

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo buscar o respeito das diferenças sem excesso de cuidados e sem preconceitos. O ponto principal do nosso trabalho é o respeito para com as pessoas, independentemente de qualquer diferença existente, afinal o que julgamos 'normal' pode não ser 'normal', todos têm direitos iguais e somos iguais. A sociedade deveria ver as crianças com Síndrome de Down como crianças capazes de alcançarem seus objetivos e não como crianças deficientes, que não pode isso ou aquilo, roubando delas seus sonhos, que por sinal pode ser alcançados como o de qualquer outra criança. A escola pesquisada foi a Escola Estadual de 1º e 2º Nossa Senhora da Glória, os participantes envolvidos foram os alunos e professores do segundo ano. Fizemos entrevistas com alunos e professores abordando a inclusão de alunos com Síndrome de Down na escola, e percebemos que tanto a escola quanto os profissionais não estão capacitados para receber essas crianças. Já os alunos estavam adorando a convivência com o colega com Síndrome de Down, e respeitavam o espaço do colega e as diferenças existentes. Sendo assim, a nossa preocupação conclusiva é se os professores e a escola estão hábitos a trabalhar e a receber uma criança com necessidades especiais, em sua escola e sala de aula.

**Palavras-chave:** Síndrome de down. Respeito. Inclusão. Professores Capacitados.

**1 INTRODUÇÃO**

---

\* Acadêmica do 7º semestre do Curso de Pedagogia, *Campus* Universitário de Sinop, UNEMAT. Pertence ao grupo de orientação da professora Ma. Edneuzza Alves Trugillo.

\*\* Professora formada na UNEMAT em Pedagogia, com Mestrado em Ciências Ambientais na linha de pesquisa em Educação Ambiental pela UNEMAT. Concursada em Metodologia de Ensino na UNEMAT-*Campus* Universitário de Sinop.

Nas últimas décadas, pesquisas educacionais brasileiras vêm apontando um conjunto de problemas no ensino em especial na educação de crianças com Síndrome de Down, pois as escolas não estão capacitadas para atuar com essas crianças. Demonstram ainda que em pleno século XXI, pouca atenção tem sido dispensada à questão, e com relação à prática pedagógica, não temos capacitações nenhuma para a inclusão dessas crianças na comunidade escolar.

Nossa Política Pedagógica diz que o acesso a escola, principalmente se tratando do Ensino Fundamental, dever ser para todos. Mas será que tem sido realmente para todos? E as crianças com Síndrome de Down? E os professores estão preparados para tal situação?

É interessante que a sociedade aprenda a respeitar as diferenças, agindo de uma forma normal, sem excesso de cuidados e sem preconceitos. Sendo assim a sociedade irá entender que somos todos iguais mesmo com as diferenças existentes. A única diferença que pode surgir é a capacidade de aprender, uns tem mais facilidades que os outros, mas até isso é normal o importante é nos respeitamos e nos ajudarmos.

O ponto principal da nossa pesquisa é o respeito para com as pessoas, independentemente de qualquer diferença existente, afinal o que julgamos ‘normal’ pode não ser ‘normal’, todos têm direitos iguais e somos iguais. Gostaríamos que a sociedade visse as crianças com Síndrome de Down como crianças capazes de alcançarem seus objetivos e não como crianças deficientes, que não pode isso ou aquilo, roubando delas seus sonhos, que por sinal pode ser alcançados como o de qualquer outra criança.

Nessa pesquisa foram analisados os procedimentos metodológicos utilizados pelos professores e a relação ensino-aprendizagem com alunos com Síndrome de Down. Foram abordados também: as características e as limitações da estrutura física da instituição escolar, investigamos a formação do professor que trabalha com o aluno com Síndrome de Down, verificamos se os professores usam metodologia adequada no processo de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down e investigamos os recursos pedagógicos que os professores utilizam com esses alunos.

Na realização desta pesquisa foi analisado o convívio de crianças especiais no meio escolar, em relação a professores, alunos, escola e pais sendo este, o maior intuito para apresentar resultados inerentes à proposta deste assunto.

A proposta metodológica utilizada foi à abordagem qualitativa, onde utilizamos observações em sala de aula, entrevista (semi-estruturada), direcionadas a professores e observação dos alunos com Síndrome de Down que estão em processo de alfabetização.

Propomos investigar os problemas existentes na educação da Escola Estadual de 1º e 2º Grau Nossa Senhora da Glória.

De acordo com os ideais e práticas relativas aos serviços para pessoas com deficiência e, em particular, a ênfase sobre a inclusão escolar depende de inúmeras questões aos educadores profissionais.

Atualmente, quando se fala em alfabetização, o conceito que se tem deste parece resumir-se no fato de que todos saibam ler e escrever, mas a educação de crianças com Síndrome de Down, como uma prática necessária no processo ensino e aprendizagem, não pode ser representada apenas nesta perspectiva.

Foi possível observar que o problema está no distanciamento entre teoria e prática, por isso buscamos pesquisar e conhecer as concepções dos professores sobre a educação de crianças com Síndrome de Down, especialmente na alfabetização, identificamos os motivos que impedem a coerência entre seus discursos teóricos e suas práticas.

Sabemos que é possível na prática, a capacidade de orientar os educandos, dentro de uma perspectiva em torná-los sujeitos aprendentes de reais situações, respeitando suas individualidades e diferenças de tal forma que permitam reconhecer e eliminar os fatores que frustem seus objetivos e intenções educativas.

Pelas questões legais da LDB que ampara o aluno especial. Segundo o Art. 58º. da LDB “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

## **2 METODOLOGIA**

O método para a coleta dos dados primeiramente será de observação e depois pretendemos aplicar entrevista semi-estruturada, pois acreditamos que possamos ter mais resultados. Na entrevista semi-estruturada ocorrem questionamentos básicos que irá auxiliar a pesquisa, surgindo novas hipóteses à medida que recebem as respostas do informante, ou seja, de uma resposta surge outra pergunta. Sendo assim, mantêm-se a linha de pensamento do investigador.

As fontes de informação serão de forma bibliográfica e também de pesquisa de campo. A pesquisa de campo coloca o pesquisador de frente com o problema, além de fazer com que o pesquisador viva o mesmo cotidiano do pesquisado.

Os sujeitos envolvidos na nossa pesquisa foram os professores e os alunos da Escola Estadual de 1º e 2º Grau Nossa Senhora da Glória, na turma do Segundo ano, no período vespertino onde os alunos tem por volta de seis anos a oito anos, onde este último é a idade do nosso pesquisado. Buscando saber como o aluno com Síndrome de Down tem sido acompanhado em sala, visto que a Política Pedagógica diz ser de direito acesso a escola para todos.

A nossa Pesquisa será Descritiva, pois o foco principal deste estudo é o desejo de conhecer a comunidade, onde desejamos descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos da realidade das crianças com Síndrome de Down, determinando como o aluno com Síndrome de Down é atendido na escola. Além de ser uma pesquisa qualitativa havendo uma coleta de dados e análise das informações, pois queremos fazer uma pesquisa profunda e com qualidade, envolvendo professores e alunos.

Na pesquisa qualitativa trataremos como Estudo de Caso que tem por objetivo analisar uma unidade profundamente, ou seja, se aprofundar em uma determinada realidade. Os resultados são validos apenas para o caso estudado, não podendo ser generalizado. Porém, seu grande valor esta no conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, onde os resultados podem permitir e formular hipóteses para outras pesquisas.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nenhum relatório bem documentado sobre pessoas com Síndrome de Down foi publicado antes do século XIX. Isso por várias razões:

- 1º Havia poucas revistas médicas naquela época;
- 2º Havia poucas pesquisas interessadas em crianças com problemas genéticos e deficiência mental;
- 3º Outras infecções e a desnutrição era o motivo de muitos problemas genéticos e de malformação;
- 4º Até os meados dos séculos XIX, somente metade das mães viviam além dos 35 anos, uma das principais causas da Síndrome de Down;
- 5º muitas das crianças certamente nascidas com Síndrome de Down provavelmente morriam na primeira infância.

Em 1846, John Langdon Down publicou um trabalho onde descreveu características da Síndrome de Down que hoje leva o seu nome. Down mencionou: “O cabelo não é preto, como é o cabelo de um verdadeiro mongol, mas é de cor castanha, liso e escasso. O rosto é

achatado e largo. Os olhos posicionados em linha oblíqua. O nariz é pequeno. Estas crianças tem um poder considerável para a imitação”. Assim, a grande contribuição de Down foi seu reconhecimento das características físicas e sua descrição da condição como entendida distinta e separada.

### 3.1 PRINCIPAIS CAUSAS DA SÍNDROME DE DOWN

Os progressos no método de visualização dos cromossomos em metade dos anos 1950 permitiu o estudo de cromossomos humano, levando à descoberta de Lejeune que a crianças com Síndrome de Down tem um cromossomo 21 extra.

No início dos anos 30, alguns médicos buscaram em suas pesquisas, que a Síndrome de Down poderia ser resultado de um problema cromossômico. Porém as técnicas de exames não estavam avançadas o suficiente para essa pesquisa. Em 1956, os novos métodos laboratoriais tornaram-se disponíveis, permitindo os estudos e a visualização dos cromossomos, descobriu-se que ao invés dos 48 cromossomos havia 46 cromossomos em cada célula normal.

Três anos mais tarde, Lejeune relatou que crianças com Síndrome de Down tinham um cromossomo extra. Ele observou 47 cromossomos em cada célula, ao invés de 46 esperados e, ao invés dos dois cromossomos 21 comuns, encontrou três cromossomos 21 em cada célula, levando o termo trissomia 21. Geneticistas detectaram que havia outros problemas cromossômicos em crianças com Síndrome de Down, ou seja, translocação e mosaicismos.

Independentemente do tipo, quer seja trissomia 21, translocação ou mosaicismos, é sempre o cromossomo 21 o responsável pelos traços específicos e função intelectual limitada observado na grande maioria das crianças com Síndrome de Down. Porém não se sabe de que forma os genes do cromossomo extra interferem no desenvolvimento do feto, levando as características físicas e aos efeitos nocivos sobre a função cerebral.

Há vários fatores associados ao aumento do risco de ter um filho com Síndrome de Down:

- 1º Idade materna de 35 anos de idade ou mais;
- 2º Idade paterna de 45 a 50 anos ou mais;
- 3º Nascimento anterior de uma criança com Síndrome de Down ou outra anormalidade cromossômica;

4º Translocação cromossômica balanceada em um dos pais. O pai ou a mãe tem maior risco de ter um filho com Síndrome de Down;

5º Pais com desordens cromossômicas. Apresenta um risco maior de ter uma criança com Síndrome de Down do que uma pessoa que não tem uma baixa porcentagem de mosaïcismo.

Se a pessoa com Síndrome de Down é capaz de reproduzir, há 50% de chance em cada gravidez de nascer uma criança com Síndrome de Down. Existem cerca de 30 relatos na literatura que mulheres com Síndrome de Down tiveram filhos, ao passo que apenas um relato mencionou que um homem com Síndrome de Down teve filho.

### 3.2 A INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan, a inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou grupo de alunos que foram excluídos (1997, p.55), ou seja, a meta da inclusão é não deixar ninguém fora do sistema escolar.

A inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, não se consegue implantar uma inserção tão revolucionária sem enfrentar um grande desafio. Os recursos físicos e os meios materiais para a realização de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de integração, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social.

Para Maria Teresa, a integração constitui uma via de mão dupla, onde os deficientes e não deficientes devem interagir na construção de um entendimento comum de que a unidade e a pluralidade podem amordçar a existência humana em qualquer dos pólos da exclusão (1997, p. 72).

Todos deveram andar juntos respeitando as diferenças e ajudando uns aos outros, pois se isso não acontece acaba dando resultados como o desrespeito humano e o pré-conceito.

O afastamento exagerado dos padrões socialmente estabelecidos como normais, a diferença exagerada causa a desestruturação de sua humanidade.

O caminho para a minimização deste problema esta no relacionamento de que a diferença representa apenas um dado a mais no universo plural em que vivemos, sem que isso signifique a perda vital da existência humana.

A Integração Escolar é um movimento que visa acabar com a rejeição favorecendo as integrações sociais de estudantes deficientes com estudantes considerados normais, já se tem resultados positivos no nível do ensino e da aprendizagem.

A classe inclusiva permite aos alunos com necessidades especiais situarem-se em um contexto de aprendizagem mais significativa e emocionante, provocando mais esforços de colaboração do que a tradicional vivenciada por estes alunos.

A inclusão não é somente útil para os alunos com necessidades especiais, ela representa também uma transformação positiva da escola para todos os alunos. Fornecendo também um contexto privilegiado para a construção de novos conhecimentos e estratégias. Além de implicar uma reforma na organização e funcionamento dos serviços destinados aos alunos. O professor da classe regular é responsável pelo ensino a fim de facilitar as interações sociais em torno das tarefas cognitivas e de trabalhar com os alunos. A maioria destes professores sente-se mal equipados para trabalhar com alunos especiais na sua própria classe.

De acordo com a política educacional, no Brasil está assegurado o ingresso do aluno portador da deficiência e de condutas típicas em turmas de ensino regular, sempre que possível. Mas, poucos alunos especiais tem tido a oportunidade de freqüentar salas de aulas regulares e as escolas e professores tem poucos recursos e conhecimento para garantir o sucesso e permanência destes alunos. A falta deste recurso contribui para a frustração do aluno e sem duvidas para a marginalização e retirada do mesmo da escola regular.

É preciso que a educação comum e especial assuma uma postura de mudança geral das práticas educacionais. Estruturar uma escola mais aberta, com profissionais preparados e com respeito às diferenças. Somente buscando estas condições poderemos garantir a integração de crianças especiais na escola regular e na sociedade geral.

O esforço de atualização do ensino fundamental tem como consequência natural à inclusão escolar e garante o cumprimento do princípio democrático de educação para todos, que só se concretiza nos sistemas educacionais especializados em todos os alunos e não apenas em alguns deles. Ao incluir um aluno com deficiência mental na escola regular estão exigindo da instituição novos posicionamentos diante do processo de ensino e de aprendizagem. A inclusão é um motivo para que a escola se mordenize e os professores aperfeiçoem suas práticas.

A inclusão não prescreve a individualização do ensino para os alunos com deficiência intelectual tornando essa interação a mais equilibrada possível. O que é significativo para os alunos na escola é encontrar o espaço de transformação e de enriquecimento de que tem direito como pessoas, como cidadãos (1997, p. 210).

Inclusão não trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala de aula ou em uma escola, mas sim, de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou não) com a nossa moralidade.

Jamais haverá integração se a sociedade se sentir no direito de escolher quais deficientes poderão ser integrados no ambiente escolar.

#### **4 ANÁLISE DE DADOS**

Os dados coletados indicaram que os professores sentem-se despreparados para receber crianças com Síndrome de Down, a professora entrevistada diz ter dificuldades em trabalhar com essas crianças, e mais, diz que não teve formação suficiente para tal situação, ela ainda questiona o fato de ter apenas aulas teóricas com relação a crianças com Síndrome de Down ou a qualquer outra deficiência que possa ter um aluno. Ela ainda comenta que o Estado não oferece especialização para os professores já formados, simplesmente dizem que deve haver a inclusão, mas que os professores que devem se virar para poder atender esses alunos.

A professora ainda indaga não saber trabalhar com o seu aluno, e diz que a escola não está preparada para recebê-los, a escola já citada diz ter materiais pedagógicos para atender algumas deficiências, porém não tem profissionais para tais situações, então do que adianta o Estado fornecer matérias e não fornecer cursos de especializações para os profissionais. O que acaba acontecendo é o desperdício dos materiais, pois acabam estragando de tanto ficarem guardados em uma sala.

Com tudo isso o único prejudicado é o aluno com Síndrome de Down em relação a sua vida escolar e o governo têm gastos desnecessários sem nenhum proveito.

Refere às condições de acessibilidade física e adequação dos ambientes de sala de aula, a escola pesquisada apresentava um bom quadro, sendo estes: salas limpas, banheiros limpos, bebedouros limpos, uma ótima segurança para as crianças e uma alimentação de qualidade.

Sendo assim, ficamos pendentes apenas, e no mais principal, no que se refere a materiais pedagógicos e profissionais especializados para lidar com alunos com Síndrome de Down.

#### **5 CONCLUSÃO**

Podemos concluir que embora, a legislação nacional assegure aos alunos com Síndrome de Down os recursos e condições necessárias ao seu desenvolvimento intelectual e social da aprendizagem, a realidade das escolas, dos alunos e seus professores, nos mostram que não podemos afirmar que os alunos com Síndrome de Down estão verdadeiramente se beneficiando da educação inclusiva como deveria ser. Faltam cursos de especialização voltados na área inclusiva para todos os professores, com orientações metodológicas de como trabalhar com estes alunos e materiais adequados para um melhor aproveitamento de aprendizagem para os alunos com Síndrome de Down, que por sinal não tem só o que aprender, tem muito que nos ensinar.

Não bastam apenas as leis garantirem os direitos dos alunos com Síndrome de Down ou com outras dificuldades em aprender, se tratando de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, é preciso que as ações políticas e pedagógicas cumpram o que estas determinam.

**PEDAGOGICAL PRAXIS OF TEACHER AND STUDENT  
WITH DOWN SYNDROME:  
a necessary reflection**

**ABSTRACT<sup>1</sup>**

The present study aims to search the respect towards differences without excess care and without prejudice. The main point in our work is the respect for people, regardless any difference. After all, what we consider ‘normal’ may not be ‘normal’, all have equal rights and we are equal. The society should see children with Down Syndrome as children able to reach their goals and not as disabled children, that can’t this or that, depriving them from their dreams, that can be achieved like any other child’s. The researched school was State School of 1st and 2nd degree Our Lady of Glory, the people involved were 2nd grade students and teachers of. We interviewed students and teachers approaching inclusion of students with Down syndrome in school, and we have noticed that both school and professionals are not able to receive these children. The students enjoyed living along with a friend with Down syndrome, and respect both the space and the differences of their classmate. Then, our

---

<sup>1</sup> Transcrição realizada pela aluna Maria Lucia de Jesus Silva, do Curso de Letras – UNEMAT/Sinop e revisão pela professora Maria Amélia Conter de São José, da UNEMAT / Sinop. (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

conclusive concern is if the teachers and the schools are able to receive and work with a child with any special necessity.

**Keywords:** Down Syndrome. Respect. Inclusion. Skillful teachers.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília , DF, 23 dez. 1996.

INCLUSÃO BRASIL: **Incluindo Alunos Com Síndrome de Down na Escola.** <[inclusãobrasil.blogspot.com/2008/08/incluindo-alunos-com-sndrome-de-down-no.html](http://inclusãobrasil.blogspot.com/2008/08/incluindo-alunos-com-sndrome-de-down-no.html)> . Acesso em: 20 mar. 2008.

MANTOAN, Teresa Eglér Maria (COORD). **A integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Senac, 1997.

OS PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN E A EDUCAÇÃO FÍSICA. <[www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/565.pdf](http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/565.pdf)>. Acesso em: 07 maio 2009.

PUESCHEL, Siegfried (Org). **Síndrome de Down guia para pais e educadores.** Campinas: Papirus, 1993.

SÍNDROME DE DOWN: **Entre a Exclusão Social. E a Inclusão na Lógica Capitalista** <[www.portalsindromededwn.com/artigos/guga.doc](http://www.portalsindromededwn.com/artigos/guga.doc)>. Acesso em: 07 abr. 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sócias:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.